

FATORES DETERMINANTES NA BAIXA TOLERÂNCIA À FRUSTRAÇÃO EM CRIANÇAS NA ATUALIDADE¹

Náira de Castro Fontes²

Marília Barroso de Paula³

RESUMO:

A tolerância à frustração é uma habilidade fundamental, adquirida ainda nos primeiros anos de vida, mediante o desenvolvimento psicossocial infantil, que busca conciliar os desejos inconscientes de cada indivíduo com as restrições impostas pela realidade, visto que essas demandas são, em sua maioria, incompatíveis com as normas sociais que regem o mundo externo. Esse trabalho conduz o sujeito, invariavelmente, a situações em que a frustração é iminente e é necessário que ele consiga suportar esse desprazer em prol de uma convivência em comunidade. Todavia, observa-se, atualmente, uma dificuldade em relação a esse limiar de tolerância nas crianças frente a situações frustradoras, denunciadas pela dificuldade na autorregulação emocional, levantando questionamentos acerca dos fatores que interferem na formação dessa capacidade. Esse trabalho se propõe a compreender, sob a ótica da Psicanálise, tanto sobre o processo do desenvolvimento infantil, no qual essa habilidade é adquirida, quanto a respeito dos cuidados parentais dispensados nesse período, que constituem o pano de fundo que permite o alvorecer dessa habilidade. Observa-se que influências culturais e contemporâneas vêm condicionando as práticas familiares no processo educativo, caracterizando um fenômeno denominado como “fragilização das funções parentais”, que consiste na dificuldade dos cuidadores em representar figuras consistentes que impõem disciplina, estabelecem limites e transmitem o “não”. O resultado é uma baixa capacidade de tolerar a frustração, expressa com comportamentos agressivos, frente a essa impossibilidade de os pais conterem os impulsos e os instintos dos filhos e o excessivo uso da tecnologia como instrumento apaziguador desses comportamentos conflituosos.

Palavras-chave: Tolerância. Frustração. Desenvolvimento psicossocial infantil. Psicanálise. Cuidados parentais.

DETERMINING FACTORS IN LOW TOLERANCE TO FRUSTRATION IN CHILDREN NOWADAYS

ABSTRACT:

Frustration tolerance is a fundamental skill, acquired in the first years of life, through child psychosocial development, which seeks to reconcile the unconscious desires of each individual with the restrictions imposed by reality, since these demands are, for

¹ Artigo de trabalho de conclusão de curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Academia, na Linha de Pesquisa Psicologia e Tecnologia. Recebido em 24/05/2024 e aprovado, após reformulações, em 24/06/2024.

² Discente do curso de graduação em Psicologia do Centro Universitário Academia (UNIACADEMIA). E-mail:nairacastrofontes@outlook.com

³ Doutora em Psicologia clínica pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e docente do Centro Universitário Academia (UNIACADEMIA). E-mail:mariliapaula@uniacademia.edu.br

the most part, incompatible with the social norms that rule the external world. This work invariably leads the subject to situations in which frustration is imminent (Freud 1998), and it is necessary for the subject to be able to endure this displeasure in favor of living in a community. However, there is currently a difficulty in relation to this threshold of tolerance in children when faced with frustrating situations, denounced by the difficulty in emotional self-regulation, raising questions about the factors that interfere in the formation of this capacity. This work aims to understand, from the perspective of Psychoanalysis, both the process of child development, the process in which this ability is acquired, and the parental care provided during this period, which constitute the background that allows the dawn of this ability. It is observed that cultural and contemporary influences have been conditioning family practices in the educational process, characterizing what is known as “weakening of parental role”, which consists of the difficulty for caregivers in representing consistent figures who impose discipline, establish limits and transmit “no”. The result is a low capacity to tolerate frustration, expressed in aggressive behaviors, given the inability of parents to contain their children's impulses and instincts and the excessive use of technology as an instrument to appease these conflicting behaviors.

Keywords: Tolerance. Frustration. Child psychosocial development. Psychoanalysis. Parental care.

1 INTRODUÇÃO

O ser humano se encontra inserido em um corpo social que busca agrupar indivíduos em convivência harmônica e, para isso, elabora uma série de normas e condutas que orientam essas interações. Ele, então, se vê impelido a aprender a renunciar suas demandas internas em função dos regulamentos impostos pela realidade que ocupa e os mecanismos utilizados para tal finalidade se adaptam às modificações que as civilizações impõem. Sigmund Freud, “pai da psicanálise”, diz em seu texto **Moisés e o Monoteísmo**, originalmente publicado em 1939, que essa tradição “se justifica racionalmente pela necessidade de delimitar os direitos da comunidade ante o indivíduo, os direitos do indivíduo ante a sociedade e os dos indivíduos reciprocamente” (Freud, 2018, p.100).

Essa abdicção dos desejos em função de obstáculos da realidade é causa de sensações de frustração, que Freud (1996b, p. 20) descreve como “o fato de um instinto não poder ser satisfeito, como ‘proibição’ o regulamento pelo qual essa frustração é estabelecida, e como ‘privação’ a condição produzida pela proibição”. As habilidades que permitem ao indivíduo tolerar a frustração e se adequar às condições impostas pela realidade são conquistadas ainda na infância, ao longo do desenvolvimento psíquico, sendo condicionadas e transmitidas pelo núcleo familiar, que se incube da tarefa de inserção da criança na sociedade. Entretanto, atualmente,

observa-se uma dificuldade em relação a essas habilidades das crianças, expressas com comportamentos agressivos e aversivos, evidenciando uma inabilidade em adaptar os desejos internos às restrições do meio.

Os comportamentos infantis, muitas vezes, denunciam a dinâmica que rege o núcleo familiar e, se estão sendo expressos, é porque, possivelmente, alguma característica no processo de desenvolvimento se encontra disfuncional. Atualmente, queixas como oscilações de humor, acessos temperamentais de raiva e diminuição da capacidade de suportar frustração vêm se fazendo comuns nos meios familiares e podem apontar certa tendência cultural que perpassa a família contemporânea. Esses comportamentos têm sido expressos pelas crianças diante da negativa dos pais e, conseqüentemente, da frustração, que procuram amenizá-los ou evitá-los, valendo-se da tecnologia para acalmá-las e entretê-las (Kabali *et al.*, 2015; Radesky *et al.*, 2016). Frente a esse fenômeno, levanta-se o questionamento acerca de quais fatores estariam originando essas dificuldades adaptativas nas crianças e, para isso, se faz necessário compreender como a relação da sociedade com a infância tem se estabelecido e como essa interação interfere no desenvolvimento infantil.

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa de revisão narrativa da literatura sobre a problemática descrita acima. Na construção teórica foram utilizados os autores de orientação psicanalítica Donald W. Winnicott, Margareth Mahler, bem como Sigmund Freud e os historiadores Philippe Ariès e Christopher Lash. Além disso, serão utilizados artigos científicos da base de dados do *Scielo* (*Scientific Eletronic Library Online*), Lilacs (Literatura Latino americana de Ciências da Saúde), Bireme/BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), Pubmed/ Medline, Pepsic e Psycinfo, especialmente no que diz respeito às novas concepções de família na contemporaneidade, bem como a inserção da tecnologia nesses núcleos.

2 SOBRE A INFÂNCIA: TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS E AS CONSTRUÇÕES PSICANALÍTICAS ACERCA DA CRIANÇA

2.1 ORIGEM DA PREOCUPAÇÃO COM A INFÂNCIA NA FAMÍLIA MODERNA

O psiquiatra e psicanalista francês Jaques Lacan define em seu texto **Os complexos familiares na formação do indivíduo: Ensaio de análise de uma função em psicologia**, publicado em 1938, que a família é a instância responsável

pela transmissão da cultura. Para o teórico, é através dela que o sujeito adquire a linguagem e, conseqüentemente, lhe é transmitido todo código de condutas e normas que constituem a sua cultura. Ressalta ainda que “[...] ela rege os processos fundamentais do desenvolvimento psíquico, a organização das emoções segundo tipos condicionados pelo ambiente, que é a base dos sentimentos (Lacan, 1998, p. 30-31).

É a família que proporciona, em condições favoráveis, um ambiente suficientemente bom que possibilita ao bebê um desenvolvimento saudável. Entretanto, por mais que essa atitude da família para com a criança pareça natural, Philippe Ariès, historiador francês e autor do livro **História social da criança e da família**, publicado originalmente em 1960, revela que o entendimento acerca da criança vem sofrendo diversas modificações ao longo dos séculos. A pesquisa de Ariès encontra-se situada entre os séculos XII e XVIII, período em que houve grandes mudanças sobre a concepção da criança, especialmente em seu núcleo familiar.

O autor aponta que, durante o século XII, a criança era vista como um ser irracional, devido à ausência da fala e de comportamentos organizados/maduros. Essa condição do *enfant* (infância) durava do nascimento até os sete anos e marcava a passagem para a vida adulta. Aos sete anos, eram cedidas aos cuidados de famílias estranhas para que aprendessem boas maneiras. A organização social da época preconizava funções produtivas dentro da vida coletiva e, dessa forma, as crianças eram inseridas nas atividades da comunidade o quanto antes.

Até o século XV, as crianças eram absorvidas pela vida em comunidade sem que houvesse um período preparatório para a transição à fase adulta. Ariès (1975) aponta que pouca ou nenhuma atenção era dispensada a esse estágio e as famílias serviam apenas como um meio de “transmissão da vida, dos bens e dos nomes” (p.275), representando uma “realidade moral e social, mais do que sentimental” (p. 231). A criança era entendida a partir de sua utilidade na execução de tarefas, que aprendia a partir da imitação dos seus pais. Existia um alto índice de mortalidade infantil e de práticas de infanticídio durante esses séculos, tendo em vista que elas estavam associadas à uma perspectiva utilitária maior que a afetiva. Desse modo, se não tivessem serventia, no contexto social, eram descartadas e substituídas em uma próxima gravidez.

Compreendendo que a infância não era uma etapa a qual a sociedade se atentava, é possível deduzir que esse sentimento de afetividade surgiu através de

uma mudança cultural, que passou a reconhecê-la e valorizá-la. Essa mudança ocorrera, a partir do século XVII, em função do nascimento de uma nova forma de educação, onde a escola se tornara a instituição responsável pela “iniciação social [e] passagem do estado da infância ao do adulto” (Ariès, 1975, p. 231), sob influência da moralidade religiosa determinada pela Igreja Católica, que passou a combater diretamente o infanticídio, até então normalizado. O autor diz que o surgimento da afetividade da família para com a criança está intimamente relacionado ao advento da educação, sendo ela responsável por principiar o desejo dos pais em vigiar e zelar por seus filhos, tendo em vista que a nova lógica moral passara a responsabilizá-los pela alma e corpo da criança perante Deus, especialmente as mulheres, que contemplavam as funções de amas de leite e parteiras.

Diante dessas mudanças culturais, influenciadas fortemente pela religiosidade cristã, que surge a partir do século XIV, uma imagem da criança como um ser sacro e místico, similar a um anjo, que deve ser protegida das promiscuidades da sociedade que antes eram expostas. O resultado disso seria então o “surgimento de um amor obsessivo que deveria dominar a sociedade a partir do século XVIII” (Ariès, 1975, p. 278). As relações com a infância se modificaram de forma inesperada, quase antagônica, elencando essa fase a um protagonismo ao qual a sociedade, atualmente, se devota, como é possível verificar na fala de Ariès:

Novas ciências, como a Psicanálise, a Pediatria, a Psicologia consagram-se aos problemas da infância, e suas descobertas são transmitidas aos pais através de uma vasta literatura de vulgarização. Nosso mundo é obcecado pelos problemas físicos, morais e sexuais da infância (Ariès, 1975, p. 276).

Para interpretar como esse novo vínculo se relaciona à problemática contemporânea de intolerância à frustração por parte da criança, se faz necessária a compreensão de aspectos envolvidos no processo de desenvolvimento infantil que explicitem como essa atenção e cuidados voltados a essa fase da vida, proporcionadas pelo sentimento de afeto, influenciam a formação psíquica.

2.2 O DESENVOLVIMENTO PSÍQUICO INFANTIL: UMA PERSPECTIVA PSICANALÍTICA

A tolerância à frustração é uma habilidade fundamental, adquirida ainda nos primeiros anos de vida, mediante ao desenvolvimento psicossocial infantil, que busca

conciliar os desejos inconscientes de cada indivíduo com as restrições impostas pela realidade, visto que essas demandas são, em sua maioria, incompatíveis com as normas sociais que regem o mundo externo. Faz-se necessário, a fim de discorrer sobre a problemática da baixa tolerância à frustração, compreender as etapas e características do desenvolvimento infantil que permitem o alvorecer dessa habilidade.

Margaret Malher, médica e psicanalista austríaca, referência em psicanálise com crianças, tem importantes estudos e contribuições sobre o desenvolvimento psíquico. A autora explica em sua obra **O nascimento psicológico da criança**, originalmente publicada em 1975, que esse processo tem suas bases nos primeiros anos de vida, constituído a partir das experiências individuais, sendo dividido em três etapas principais: a fase Autística Normal, a Fase Simbiótica e, por fim, a fase de Separação e Individuação (Malher, 1993, p. 51-53).

Na fase Autística Normal, que vai do nascimento até por volta dos cinco meses, o recém-nascido se encontra em um “sistema monadário fechado, cuja satisfação de desejo alucinatória o faz auto-suficiente” (Mahler, 1975, p. 51). Já na fase Simbiótica, dos cinco aos 18 meses, ele está em um “estado indiferenciado de fusão com a mãe, no qual o ‘eu’ ainda não está diferenciado do ‘não eu’ e em que ‘dentro’ e ‘fora’ estão gradualmente começando a ser percebidos como diferentes” (Mahler, 1975, p. 54). O recém-nascido passa a maior parte do seu tempo em alternância de semi-sonolência e semi-vigília, saindo delas apenas quando as tensões de necessidades corporais, como fome e sono, o fazem acordar, em um estado de sobrecarga de tensão e desprazer. Ele percebe o mundo e seus estímulos externos através de um estado sensorio e perceptivo, proporcionado pelo “órgão sensorio-perceptivo”, denominado ego - ainda primitivo nos primeiros momentos de vida - em um “contínuo empenho em atingir a homeostase” e “livrar-se da tensão desprazerosa” (Mahler, 1975, p. 53). A forma como serão conduzidos os cuidados maternos possibilitará ao bebê criar “traços mnêmicos” das qualidades primordiais dos estímulos, nos primeiros meses simbióticos de vida, classificando-os como bom/prazeroso ou mau/desprazeroso. É por meio dessa interação que a criança consegue criar uma “identidade perceptual” e uma “auto-percepção”, que contribuirão para “a demarcação do eu e do mundo dos objetos”, permitindo a ela atingir a integração psíquica e o início de uma consciência corporal (Mahler, 1975 *apud* Spiegel, 1959).

Em função da aquisição da locomoção e das habilidades motoras, a criança inicia o processo de Separação e Individuação, que dura dos 18 meses até os 36 meses de vida, momento em que ela começa a se distanciar da mãe para aproximar-se do mundo exterior, voltando sua “atenção e o foco [...] para os eventos que ocorrem ao seu redor” (Ribeiro; Caropreso, 2018), possibilitando “um desabrochar para fora da membrana comum simbiótica mãe-criança” que anteriormente se encontrava (Mahler, 1955, p. 196). Para a autora, é em função desse processo que o bebê consegue realizar o desenvolvimento e a manutenção de um “senso de identidade”, possibilitando a ele a diferenciação dele como um ser separado de sua mãe e de seu mundo interno para o mundo externo (Mahler, 1982 *apud* Ribeiro; Caropreso, 2018). Essa transição representa um momento conflituoso, pois existe no bebê, por volta dos 18 meses, uma ambivalência em relação ao “desejo de, por um lado, ser separado, grande e onipotente”, “ansioso por exercitar ao máximo sua autonomia que [cresce] com grande rapidez,” e, por outro lado, “de que a mãe [satisfaça] magicamente suas vontades sem ter que reconhecer que a ajuda na verdade [vem] de fora” (Mahler, 1975, p. 102).

O desejo de se diferenciar de seu par simbiótico e conquistar a independência para explorar o mundo se entrelaça com o medo da perda do amor de seu objeto libidinal inicial (mãe), instalando na criança o que seria a “crise de separação”, que se estende dos 18 aos 22 meses, em que existe “uma propensão a rápidas oscilações de humor e acessos temperamentais de raiva” (Mahler, 1975, p. 102), e “uma diminuição sensível em sua capacidade de suportar frustração e uma resposta de ansiedade de separação aumentada” (Ribeiro; Caropreso, 2018, p. 909). O trabalho psíquico que a criança realiza é extremamente complexo e ambivalente e, para tanto, requer dos pais uma longa e contínua supervisão e educação para guiar e orientar os afetos dicotômicos da mesma à medida que a inserem na realidade e no mundo externo, pois somente a empatia pré-verbal, característica das primeiras fases, não é mais suficiente (Mahler, 1972 *apud* Ribeiro; Caropreso, 2016). É através desse processo que a criança consegue entender que “a mãe boa e a mãe má são uma só” sendo possível ter sentimentos ambivalentes pela mesma pessoa (Ribeiro; Caropreso, 2018, p. 911). Dessa forma, por volta do terceiro ano de vida a criança estará pronta para se separar da mãe.

O pediatra e psicanalista britânico Donald W. Winnicott também foi um importante teórico que contribuiu com diversos estudos sobre o desenvolvimento

emocional infantil e os processos maturacionais. O autor descreve três etapas da condição de dependência da criança, que incluem a necessidade dos cuidados dos responsáveis na conquista de aquisições maturacionais rumo à autonomia, possibilitando à criança se tornar um “membro independente [na] sociedade” sem “necessitar mais do controle da família” (Winnicott, 1999, p. 35): a fase de Dependência Absoluta, a Dependência Relativa e a fase Rumo à Independência.

A primeira etapa retrata o primeiro contato dos pais com o recém-nascido, indo desde seu nascimento até por volta de cinco meses de idade, em que existe, por parte do bebê, “uma dependência absoluta em relação ao ambiente físico e emocional” (Winnicott, 2011, p. 10). Em função dessa dinâmica, a mãe (ou o cuidador principal) é totalmente responsável pela criança e por proporcionar a satisfação de suas necessidades, de forma a possibilitar a ela um desenvolvimento normal e saudável. Essa fase inicial é marcada por um investimento libidinal do bebê em seu primeiro objeto de amor, sua mãe, criando um vínculo específico entre os dois e resultando no sentimento de responsabilidade parental (Winnicott, 1999, p. 44). Nessa etapa, a mãe fica acometida por uma condição psicológica particular denominada *Preocupação Materna Primária*, que proporciona a ela a capacidade de se atentar e suprir as demandas do seu filho (Winnicott, 2000). Para Winnicott, é nesse momento que o cuidador:

[...] fornece um contexto para que a constituição da criança comece a se manifestar, para que as tendências ao desenvolvimento comecem a desdobrar-se e para que o bebê comece a experimentar movimentos espontâneos e se torne senhor das sensações correspondentes a essa etapa inicial da vida. (Winnicott, 2011, p. 487)

Todavia, esse momento de atenção total necessária por proporcionar um ambiente suficientemente bom e constitui o “sim” aos cuidados e demandas do bebê, deve posteriormente ceder lugar ao “não”, já que é “impossível conceder às crianças a liberdade de por em prática todos os seus impulsos sem restrição” (Freud 1932/1969b), pois representaria riscos a si mesmas. Esse “não” tem por finalidade possibilitar aos pais a tarefa de educação, que institui no “dever da criança em aprender a controlar seus instintos”, como assinalado por Freud em sua obra **Novas conferências introdutórias sobre psicanálise e outros trabalhos**, publicado em 1932. Essa transmissão da proibição verbal começa a ser introduzida na segunda fase dos cuidados dos responsáveis, quando a criança, em função da aquisição da

locomoção e das habilidades motoras, sai da fase de Dependência Absoluta e adentra a Dependência Relativa, resultando no aumento da independência do bebê em relação aos seus cuidadores.

Vale ressaltar que a apresentação do “não” precede o momento das explicações verbais, que ocorrerão posteriormente. A proibição deve ser instituída, para a própria proteção da criança, mesmo que ela não compreenda a razão da negativa. É apenas na terceira fase dos cuidados, postulada por Winnicott (1999), que ocorre o momento Rumo à Independência ou “fase das explicações”, que serão fornecidos à criança esclarecimentos a respeito das razões das proibições instituídas na fase anterior. Esse momento envolve a linguagem, quando a criança já adquiriu conhecimento suficiente a respeito desta estrutura, tornando-se possível a compreensão do que está sendo transmitido.

Para Winnicott (1999), ainda sobre a segunda fase, o momento da apresentação do “não” representa também a introdução do princípio de realidade ao bebê. Para o Freud (1996a), os estados de prazer e desprazer se relacionam com o nível de excitação que cinge no aparelho mental, sendo o desprazer um aumento quantitativo e qualitativo da excitação nesse sistema e o prazer a sua diminuição. Em sua obra **Além do princípio do prazer**, de 1920, Freud postula que o psiquismo é regulado pelo princípio do prazer, que busca a evitação de desprazer, pois o curso dos eventos mentais se põe a serviço de manter a quantidade de excitação nele presente tão baixa quanto possível, ou, pelo menos, por mantê-la constante. Visando isso, as pulsões do inconsciente – entendidas como estímulos internos e psíquicos em diálogo com o corpo – mobilizam forças que impelem a realização de trabalhos que resultam na satisfação pulsional. Apesar das vigorosas tentativas de se manter inerte e envolto nesse estado de baixa excitabilidade de que consiste o princípio do prazer, o ser humano se defronta com intempéries e restrições impelidas pelo mundo externo e suas normas sociais. Ocorre, então, a substituição do princípio do prazer pelo princípio da realidade, que constitui no “adiamento da satisfação, o abandono de uma série de possibilidades de obtê-la, e a tolerância temporária do desprazer como uma etapa no longo e indireto caminho para o prazer” (Freud, 1920, p. 12).

Na fase de Dependência Absoluta, o recém-nascido se encontra em um estado simbiótico, imerso no princípio do prazer e, por isso, é dependente da função dos pais de zelar pelo cumprimento da satisfação de suas demandas e por proporcionar a ele a redução de seu desconforto. Entretanto, com a crescente independência da criança

e, conseqüentemente, sua inserção no mundo externo, ela passa a se defrontar com os obstáculos impostos pela realidade sobre seus desejos e a impossibilidade de seu instinto ser satisfeito, que são a matriz geradora da frustração, resultado da privação produzida pela proibição, como teorizado por Freud, em 1920.

Freud, em sua obra **Moisés e o Monoteísmo**, texto de 1939, afirma que é devido a essas barreiras impostas pela negativa dos pais e pelas restrições da realidade que a criança realiza um movimento de renúncia das exigências instintuais provindas do Id – instância regida pelo princípio do prazer em que “todos os nossos instintos primários estão em ação” (Freud, 2018, p. 64). Frente a isso, ela deverá aprender a realizar o deslocamento de sua libido, ou seja, do investimento de energia que o Eu dedica aos objetos de seus desejos, que antes eram voltados ao seu primeiro objeto de amor (a mãe) para outros fins. Diante disto, a criança se vê obrigada “a buscar satisfação por vias indiretas regressivas, achando, em seu caráter indomável, compensação pela derrota” (Freud, 2018, p. 442).

Tal processo ocorre por meio de “uma modificação da pulsão biológica que subjaz à vida instintiva” (Winnicott, 2011, p. 163) e que permite que essa energia libidinal, seja “desviada do emprego sexual e dirigida para outros fins” (Freud, 2018, p. 44). Isso exige por parte dela um trabalho da atividade raciocinante do Eu para superar essas objeções, e é por meio desse deslocamento das “forças instintuais sexuais das metas sexuais para novas metas — um processo que merece o nome de sublimação — [que] adquirem-se fortes componentes para todas as realizações culturais” (Freud, 2018, p. 44). A criança, que se interessa cada vez mais em exercer a sua autonomia, não tem mais seus pais para atender suas demandas e, conseqüentemente, aliviar as tensões de desprazer. Pelo contrário, agora encontra neles figuras causadoras de frustração, que impõem limites e os apresentam gradualmente à realidade, com todas as suas imperfeições. Frente a isso, Winnicott diz, em sua obra **O brincar e a realidade** (1975), que a criança se vê compelida a aprender a suportar as frustrações, e “a principal tarefa da mãe (após propiciar oportunidade para a ilusão) é a desilusão” (p. 28), com finalidade educativa.

Esse novo modo de estar com a criança pode gerar estranhamento aos pais, entretanto é extremamente necessário que ocorra, pois é nesse momento que a criança conhece os perigos dos quais tem sido protegida, além de possibilitar o “alvorecer da inteligência e os primórdios da capacidade do bebê para separar o que você consente do que não consente” (Winnicott, 1999, p. 34). Como bem cita Winnicott, em

Conversando com os pais, texto de 1999, é nesse momento conflituoso, marcado por fortes reações emocionais, que as crianças precisam de cuidadores que consiga manter o controle da situação, e que os mesmos indivíduos que impõem a disciplina devem poder ser “amados e odiados, desafiados e chamados a ajudar” (p. 54).

Os pais não devem evitar as situações frustradoras, pois é através delas que a criança desenvolverá recursos para aprender a tolerar esse desprazer e se inserir nas normas do princípio da realidade. Se forem capazes de conduzir esse momento de díade, a criança consegue ultrapassar a fase de Dependência Absoluta para a etapa seguinte: Rumo à Independência. Para o êxito nesse processo, espera-se das figuras parentais uma postura consistente e segura que consiga proteger a criança dos próprios impulsos e dos efeitos que estes podem produzir, como assinala Winnicott (2011). É a forma como essa condução do afeto ambivalente do filho ocorre que possibilitará a representação do eu na criança, concretizando a formulação do Super-Eu (Ribeiro; Caropreso, 2016).

De acordo com Freud (1939), parte do psiquismo, ao internalizar uma parcela das forças inibidoras do mundo externo, constrói “no ego uma instância que confronta o restante do ego num sentido observador, crítico e proibidor”, sendo “o sucessor e o representante dos pais (e educadores) do indivíduo, que lhe supervisionaram as ações no primeiro período de sua vida; ele continua as funções deles quase sem mudança” (Freud, 2018, p. 77). É através dela que a criança, “antes de colocar em funcionamento as satisfações instintuais exigidas pelo id, tem de levar em conta não simplesmente os perigos do mundo externo, mas também as objeções do superego, e terá ainda mais fundamentos para abster-se de satisfazer o instinto” (Freud, 2018, p. 77). A criança necessita de figuras parentais seguras e consistentes, que suportem ser amadas e odiadas e que continuem exercendo controle e disciplina diante desses comportamentos, pois é através desse processo educativo que a criança adquire a habilidade de controlar seus impulsos agressivos e realiza a renúncia instintual, tornando factível o êxito na tarefa de transmissão do legado cultural e da introdução da realidade. Atualmente, entretanto, a autoridade e a hierarquia dos pais têm sido questionadas e problematizadas, marcando uma tendência cultural que afeta diretamente o comportamento infantil em relação à aquisição desses aparatos psíquicos para lidar com as barreiras da sociedade.

3 O DECLÍNIO DA HIERARQUIZAÇÃO FAMILIAR, A CIENTIFIZAÇÃO DO CUIDADO E O ATRAVESSAMENTO DA TECNOLOGIA NESSE PROCESSO

Compreendendo como a criança se tornou o centro das preocupações da família e como esses cuidados endereçados a ela constituem o psiquismo humano e possibilitam a transmissão cultural, cabe o seguinte questionamento: o que neste processo poderia originar a dificuldade na autorregulação emocional das crianças frente a situações frustradoras?

O historiador americano Christopher Lasch, em sua obra **A cultura do narcisismo: a vida americana em uma era de expectativas decrescentes**, originalmente publicada em 1979, discorre como as condutas dos cuidados parentais se alteram em função das mudanças culturais e sociais, especialmente impostas pelo sistema de produção decorrente do capitalismo. Para ele, essa transferência de funções parentais teve seu primeiro passo no século XVIII, com a separação do mundo infantil do mundo adulto. As habilidades relacionadas ao trabalho e à vida em comunidade, antes passadas pela família para seus filhos com o intuito de inseri-los nessa logística, se tornava cada vez menos acessível às crianças, em função da monopolização da produção pelo sistema industrial. A partir do século XIV, com a socialização da produção e da cultura às massas:

[...] a indústria publicitária, a mídia de massa, os serviços de saúde e bem-estar e outras agências de instrução do povo assumiram muitas das funções socializantes do lar e trouxeram as que permaneceram sob direção da ciência moderna e da tecnologia (Lasch, 1979, p. 250).

A escola, por exemplo, se tornara a instituição responsável não apenas pela transmissão de conhecimentos, mas pela “formação física, mental e social da criança” (Lasch, 1979, p. 251), que antes era responsabilidade do ambiente doméstico. Tornase cada vez mais comum o entendimento de que os pais não eram capazes de cuidar de seus filhos. Tal premissa era fundamentada na visão “americanizada” sobre as famílias imigrantes que, acusadas de explorarem o trabalho de seus filhos, justificavam a intervenção do Estado na custódia deles. Gradativamente, surgiram tendências menos drásticas de ataques à família e os esforços passaram a se concentrar não em tirar a função parental e delegá-la ao Estado, mas em organizar um movimento voltado para aprimorar o ambiente doméstico e educar os pais,

reforçado pela desconfiança a respeito das famílias de imigrantes, servindo como um esforço para civilizar as massas e impor disciplina industrial à classe trabalhadora. Dessa maneira, especialistas acadêmicos reuniam esforços para fortalecer a família frente a essa potência sabotadora.

Entre os anos de 1920 e 1930, a tendência da corrente psicológica do Behaviorismo condenava a “superproteção maternal”, preconizando cronogramas rígidos e métodos práticos de cuidados parentais que respeitassem a independência emocional dos filhos. Já no final de 1930 e 1940, em reação a essa intransigência, emerge um movimento de valorização da “permissividade”, em função da “popularização da educação progressista e de versões simplificadas da teoria freudiana” (Lasch, 1979, p. 261). Os cuidados, que antes eram metódicos e calculados, foram ajustados de acordo com as demandas da criança e o amor, que antes era interpretado como um risco, tornou-se uma obrigação. Essa preocupação exagerada com as necessidades dos filhos, reforçada pela praxe e pelos discursos especializados, instaurou nos pais uma ansiedade e minou a espontaneidade e a confiança parental. De acordo com Benjamin Spock, os pais não são responsáveis por todas as falhas de seus filhos, pois seriam “meros difusores” das posturas culturais das quais fazem parte. Essa cultura contemporânea, especialmente a partir dos anos 1940 e 1950, constituem para Bruch, um ataque massivo contra o passado e a “destruição de formas mais antigas de autoridade” (Lasch, 1979, p. 263).

Esse movimento cultural de valorização do discurso especializado criou “um ideal de paternidade e maternidade perfeitos e, ao mesmo tempo, minou a confiança dos pais quanto à sua capacidade de executar as funções mais básicas envolvidas na criação de um filho” (Lasch, 1979, p. 268). A sociedade pena ao tentar devolver à família as funções e a autoridade que lhes foram retiradas, entretanto, essa nova relação tornou “cada vez mais difícil uma identificação psicológica entre pais e filhos” (Lasch, 1979, p. 268). Como consequência desse ideal estabelecido, a família se torna tão dependente dos especialistas que “nunca é capaz de ter a segurança fácil [...]” sobre os cuidados que deve seguir, sendo assombrados por “uma sensação de inexperiência e inaptidão para desempenhar tarefas com as quais não tinha nenhuma familiaridade anterior” (Lasch, 1979, p. 269). Desta sorte, resta “aos pais pouca coisa a transmitir a seus rebentos além do amor; e amor sem disciplina não basta para garantir a continuidade geracional da qual dependem todas as culturas” (Lasch, 1979, p. 268). O resultado desse processo é a dificuldade contemporânea dos cuidadores

em assumirem a posição de autoridade parental para realizar a transmissão das proibições verbais, cuja importância foi salientada no capítulo anterior, resultando em baixa tolerância à frustração expressa pelas crianças atualmente.

Esses saberes especializados, muitas vezes, estipulam cuidados idealizados, que desqualificam o saber dos pais em relação ao saber dos cientistas, destituindo, assim, a autoridade sobre seus filhos. Diante dessa *literatura de vulgarização*⁴ (Ariès, p. 276, 1975), os cuidadores ficam sem referências claras sobre as regras de educação em relação a questões simples do cotidiano, ocasionando sentimentos de “culpa, dúvida e insegurança em relação ao próprio posicionamento, enquanto pais, diante do que podem, devem, ou não, fazer por seus filhos, na contemporaneidade” (Zanetti, 2008, p. 7). Enquanto isso, os discursos especializados da ciência

[...] muitas vezes indicam como tratar a criança e como agir com ela, e essas indicações, frutos de pesquisas científicas, podem interferir de tal maneira no relacionamento entre adulto e criança que acabam levando muitos pais a desconfiarem de sua competência para educar seu filho (Prizskulnik, 2002 *apud* Zanetti; Gomes, 2011).

Como resultado, há o fenômeno da “fragilização das funções parentais” (Zanetti, p.196, 2008), que se expressa por meio das posturas inconsistentes dos cuidadores diante dessa impotência, dificultando a capacidade de impor limites quando necessário e de conter os impulsos agressivos da criança.

Esse fenômeno é potencializado pelo movimento cultural e histórico proposto por Ariès (1975) sobre o afastamento da família moderna da vida coletiva em sociedade, que gera o surgimento da vida privada. Desse modo, as energias que antes eram destinadas à vivência no social se direcionam à criança e as famílias passam a centralizar as atenções nela. Para o autor,

esse grupo de pais e filhos, felizes com a sua solidão, estranhos ao resto da sociedade, não é mais a família [do] século XVII, aberta para o mundo invasor dos amigos, clientes e servidores: é a família moderna (Ariès, 1975, p. 270).

Zanetti e Gomes (2011, p. 5) descrevem que “a família moderna, portanto, separa-se do mundo e põe toda a energia do grupo na promoção das crianças e sem nenhuma ambição coletiva”. Esse sentimento exacerbado de cuidados às crianças

⁴ A *literatura de vulgarização* foi ocasionada pelo processo de vulgarização científica, que ocorreu a partir do século XVI em função do início dos livros impressos, que levava para a vida familiar e cotidiana os conceitos da ciência (Ariès, 1975, p. 34).

altera a dinâmica familiar, que procura se configurar como “uma rede assexuada, fraterna, sem hierarquia nem autoridade, na qual cada um se sente autônomo ou funcionalizado” (Roudinesco, 2003, p. 155). Assim, a posição hierárquica que os pais possuem e da qual se valem para realizar a incorporação do “não” e a introdução do princípio de realidade à criança, confundem-se com atitudes autoritárias e são evitadas.

É possível entender essa dificuldade através da compreensão do funcionamento narcísico dos pais. Freud, em sua obra **Introdução ao Narcisismo**, de 1914, afirma que, através dos filhos, os pais experimentam uma “revivescência e reprodução do seu próprio narcisismo, que há muito abandonaram” (Freud, 1969, p. 59). Eles se tornam o instrumento pelo qual os pais ou cuidadores reencontram a “imortalidade do ego” (Freud, 1969, p. 59) que desertaram, através do abandono da posição narcísica, devido à imposição da realidade. Em virtude disso:

[...] sentem-se inclinados a suspender, em favor da criança, o funcionamento de todas as aquisições culturais que seu próprio narcisismo foi obrigado a respeitar, e a renovar em nome dela as reivindicações aos privilégios de há muito por eles próprios abandonados (Freud, 1969, p. 59).

A perda da autoridade parental é resultado da dinâmica disfuncional do psiquismo dos pais, que não conseguem se desvincular da criança como um instrumento da revivescência de seu próprio narcisismo e do atravessamento cultural da influência do discurso científico nos cuidados parentais, que instalam neles a insegurança e a culpa diante dos padrões idealizados que estabeleceram.

Há de ser levado em consideração também outro fator cultural e contemporâneo coletivo, que transpassa os hábitos individuais de cuidados familiares: a utilização excessiva de telas e tecnologias no cotidiano. Por mais que exista uma real preocupação por parte dos cuidadores em relação a essa temática (Bentley; Turner; Jago, 2016; Mallmann; Frizzo, 2019), os desdobramentos dessas práticas já consolidam uma problemática concreta. Com o intuito de facilitar as formas de comunicação, ocorreu a Revolução Informacional, processo que, através do desenvolvimento de tecnologias digitais na Terceira Revolução Industrial, buscava acelerar a transmissão de informações, especialmente a partir da metade da década de 1970 e com grande foco no período de 1990. Dessa forma, inaugura-se o surgimento da sociedade da informação (Velloso, 2014). O rádio e, em seguida, a

televisão, foram as primeiras formas dessa tecnologia a adentrarem o ambiente doméstico e a sua mera presença já foi suficiente para alterar a dinâmica de funcionamento familiar, de forma que ela passou a se reunir na sala de estar para usufruir dessas aparelhagens. Essas tecnologias foram contempladas com grandes avanços e aprimoramentos, especialmente a partir do século XXI, e aparelhos como smartphones, tablets, computadores e, principalmente, o acesso à internet se tornaram presentes no cotidiano das famílias.

Com a facilidade de acesso a esses aparelhos, os pais ou cuidadores, que vem encontrando dificuldades em se posicionarem como figuras consistentes, que proíbem e educam, ao se defrontarem com comportamentos de desregulação emocional e reatividades das crianças diante de uma situação frustradora, valem-se delas como instrumento para acalmá-las (Kabali *et al.*, 2015; Radesky; Peacock-Chambers; Zuckerman; Silverstein, 2016) e entretê-las, enquanto estão ocupados (Zimmermann *et al.*, 2007). Como consequência, a disponibilidade do cuidador e a sensibilidade às necessidades dos filhos podem ser afetadas negativamente devido ao uso desses dispositivos, bem como a frequência e a qualidade das interações presentes no núcleo familiar (Anderson; Hanson, 2013; Radesky *et al.*, 2014).

Com a atenção e a disponibilidade prejudicadas, os estilos de parentalidade e disciplina, alicerces básicos no estabelecimento de modelos de comportamentos pró-sociais e empáticos, podem sofrer impactos irreversíveis. Além disso, a exposição das crianças às telas representa grande risco para o desenvolvimento motor, emocional, cognitivo e social das crianças, podendo ocasionar atrasos cognitivos e de linguagem, dificuldades na autorregulação e no desempenho escolar, comportamento sedentário e obesidade, menor tempo e qualidade de sono e aumento de problemas socioemocionais em crianças (Puccinelli; Marques; Lopes, 2023).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo buscou realizar uma revisão de literatura acerca do processo de desenvolvimento psicossocial infantil e da construção histórica dos cuidados com essa fase da vida, para que, compreendendo esses aspectos, seja possível correlacionar como as mudanças culturais condicionaram as práticas familiares dispensadas às crianças e colaboram para a problemática da intolerância à frustração.

Resultado das grandes transformações culturais que ocorrem, desde o século XII, em função da preocupação da sociedade e da Igreja Católica com o infanticídio e com a necessidade de um processo educacional, passa a existir, então, uma nova posição de destaque da criança na dinâmica familiar. Desta sorte, principia-se uma preocupação exacerbada com os problemas da infância, que se torna o centro da organização familiar, de forma que novas ciências e estudos acerca dessa fase da vida e da relação dos cuidadores com elas começam a ser elaboradas. A criança é elencada a um protagonismo dentro da família, através da qual os pais conseguem vivenciar uma revivescência do narcisismo e a possibilidade da imortalidade de seu ego, que foram abandonados pela necessidade de adequação à realidade, e, em virtude disso, tendem a suspender as imposições culturais às quais foram submetidos, privando-os de tal desprazer.

Esse vínculo maciço, que antes não representava uma prioridade, passa a ser do interesse da sociedade e do Estado, que, através dos discursos especializados, estabelecem padrões de cuidados e orientações de como conduzir o processo do desenvolvimento infantil, a serviço do modo de produção e organização social. Os pais, que antes possuíam autonomia sobre seus filhos, têm seus conhecimentos postos em dúvida pelo discurso científico, destituindo deles a autoridade parental diante desse processo e deslegitimando seu argumento de autoridade. Diante do sentimento de impotência e insegurança sobre como conduzir os cuidados com a criança, resultado desse fenômeno de *“fragilização das funções parentais”*, os pais se tornam figuras inconsistentes diante de seus filhos, incapazes de transmitir limites e proibições verbais e de conter os impulsos agressivos e ambivalentes da criança quando passa pela fase de separação e individuação (Mahler, 1993).

Nesse momento, a criança, que precisa encontrar nos cuidadores figuras seguras que as contenham e as introduzam no princípio da realidade (Winnicott, 1999), apresentando as regras da sociedade e transmitindo a elas a cultura de que fazem parte, se deparam com pais inseguros, que sentem culpa em relação ao próprio posicionamento (Zanetti, 2008) e são permissivos quanto aos limites de que ela necessita. Não sendo devidamente contidos, os impulsos agressivos, manifestados com comportamentos como “birras”, irrompem como uma denúncia do sofrimento psicológico na criança, associados à perturbação das relações e dos afetos estabelecidos em seu ambiente doméstico e, em particular, à perturbação de ansiedade, representando uma “expressão importante a nível comportamental”

(Queiroz, 2003, p. 95). Diante desses comportamentos agressivos, os pais passam a usar a tecnologia como aparato para acalmar e conter as crianças e para evitar frustrá-las, já que se sentem inseguros para conduzir esses afetos. Como resultado, o limiar de tolerância à frustração e a capacidade de suportar o desprazer são profundamente perturbados, constituindo uma problemática contemporânea.

Deve-se tomar cuidado ao considerar o uso excessivo de tecnologias por conta dos comportamentos evidenciados, pois eles funcionam como uma denúncia da forma disfuncional como as famílias vêm se organizando. Pesquisas como a de Puccinelli, M. (2023) vem apontando para os prejuízos das tecnologias no desenvolvimento psicológico e cognitivo da criança e dos seus impactos nas interações familiares, além de buscarem compreender também as causas e o funcionamento das dificuldades comportamentais em diversos contextos. Existe, entretanto, uma lacuna nas produções científicas sobre uma instrumentação de medidas quantitativas e qualitativas para determinar e avaliar quanto dessa intolerância pode ser considerada patológica. Faz-se necessário o avanço dos estudos sobre essa temática para que seja possível sistematizá-la e monitorá-la a fim de aprimorar as explicações.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sara; GOLDSCHIMDT, Teresa; GONÇALVES, Maria José; QUEIRÓS, Otília. O outro lado das birras: Alterações de comportamento na 1.ª infância.

Análise psicológica, Lisboa, v. 21, n. 1, p. 95-102, 2003.

ANDERSON, Daniel R.; HANSON, Katherine G. What researchers have learned about toddlers and television. **Zero to three**, Massachussets, v. 33, n. 4, p. 4-10, 2013. Disponível em:

http://www.researchgate.net/publication/287195548_What_Researchers_have_learned_about_toddlers_and_television. Acesso em: 05 maio 2024.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1981.

BENTLEY, Georgina F.; TURNER, Katrina M.; JAGO, Russell. Mothers' views of their preschool child's screen-viewing behaviour: a qualitative study. **BMC Public Health**, Bristol, UK, v. 16, p. 1-11, ago. 2016. DOI: <http://doi.org/10.1186/s12889->

016-3440-z. Disponível em:

<https://bmcpublichealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12889-016-3440-z>.

Acesso em: 05 jun. 2024.

COLE, Pamela M.; BRUSCHI, Carole J.; TAMANG, Babu L. Cultural differences in children's emotional reactions to difficult situations. **Child development**, v. 73, n. 3, p. 983-996, maio/jun. 2002. Disponível em:

<https://srcd.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/1467-8624.00451>. Acesso em: 05 jun. 2024.

DENNIS, Tracy. Emotional self-regulation in preschoolers: the interplay of child approach reactivity, parenting, and control capacities. **Developmental psychology**, v. 42, n. 1, p. 84, 2006. Disponível em:

<https://psycnet.apa.org/doiLanding?doi=10.1037%2F0012-1649.42.1.84>. Acesso em: 05 mar. 2024.

EISENBERG, Nancy; SPINRAD, Tracy L.; FABES, Richard A.; REISER, Mark; CUMBERLAND, Amanda; SHEPARD, Stephanie A.; VALIENTE, Carlos; LOSOYA, Sandra H.; GUTHRIE, Ivanna K.; THOMPSON, Marilyn. The relations of effortful control and impulsivity to children's resiliency and adjustment. **Child development**, v. 75, n. 1, p. 25-46, jan. 2004. Disponível em:

<https://srcd.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-8624.2004.00652.x>. Acesso em: 15 mar. 2024.

FREUD, Sigmund. Além do princípio do prazer. *In*: FREUD, Sigmund. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (vol. XIX)**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, Sigmund. As pulsões e seus destinos: edição bilingue. *In*: FREUD, Sigmund. **Obras incompletas de Sigmund Freud**. São Paulo: Autêntica, 2013.

FREUD, Sigmund. **Introdução ao narcisismo**: ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, Sigmund. O ego e o id e outros trabalhos (1923-1925). *In*: FREUD, Sigmund. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (vol. XIX)**. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

FREUD, Sigmund. O futuro de uma ilusão. *In*: FREUD, Sigmund. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud (vol. XXI)**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, Sigmund. **Obras completas, volume 19**: Moisés e o monoteísmo, Compêndio de psicanálise e outros textos (1937-1939). 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FREUD, Sigmund. **Obras completas, volume 6**: Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria ("O caso Dora") e outros textos (1901-1905). 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

GUEDES, Sabrina da Conceição; LEITE, Hércules Ribeiro; MORAIS, Rosane Luzia de Souza; NOBRE, Juliana Nogueira Pontes; SANTOS, Juliana Nunes; SANTOS, Livia Rodrigues. A utilização de mídias interativas por crianças na primeira infância: um estudo epidemiológico. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 38, p. 1-7, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rpp/a/kXbZdJr9Fr6JfdxwbPgYNt/?lang=pt#>. Acesso em: 05 jun. 2024.

KABALI, Hilda K.; IRIGOYEN, Matilde M.; NUNEZ-DAVIS, Rosemary; BUDACKI, Jennifer G.; MOHANTY, Sweta H.; LEISTER, Kristin P.; BONNER JR., Robert L. Exposure and use of mobile media devices by young children. **Pediatrics**, v. 136, n. 6, p. 1044-1050, 2015. Disponível em: <https://publications.aap.org/pediatrics/article-abstract/136/6/1044/33852/Exposure-and-Use-of-Mobile-Media-Devices-by-Young?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 05 jun. 2024.

LACAN, Jacques. **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

LASCH, Christopher. **A cultura do narcisismo**: a vida americana em uma era de expectativas decrescentes. São Paulo: Editora Fósforo, 2023.

MAHLER, Margaret Schoenberger. **O processo de separação-individuação**. Artes Médicas, 1982. (Original publicado em 1979).

MAHLER, Margareth Schoenberger. **O nascimento psicológico da criança: simbiose e individuação**. Tradução: Jane Araújo Russo. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1993.

MALLMANN, Manoela Yustas; FRIZZO, Giana Bitencourt. O uso das novas tecnologias em famílias com bebês: um mal necessário?. **Revista Cocar**, [S. l.], n. 7, p. 26-46, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/2789>. Acesso em: 01 jun. 2024.

MCDANIEL, Brandon T.; RADESKY, Jenny S. Technoference: Parent distraction with technology and associations with child behavior problems. **Child development**, v. 89, n. 1, p. 100-109, jan./fev. 2018. Disponível em: <https://srcd.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/cdev.12822>. Acesso em: 01 jun. 2024.

PUCCINELLI, Mariana Farias; MARQUES, Fernanda Martins; LOPES, Rita de Cássia Sobreira. Telas na Infância: Postagens de Especialistas em Grupos de Cuidadores no Facebook. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 43, p. 1-17, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/SMRTnNDrkMHmdW8G3QBFtHt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2024.

RADESKY, Jenny S.; CHRISTAKIS, Dimitri A. Increased screen time: implications for early childhood development and behavior. **Pediatric Clinics**, v. 63, n. 5, p. 827-839, out. 2016. Disponível em: <http://doi.org/10.1016/j.pcl.2016.06.006>. Acesso em: 25 nov. 2023.

RIBEIRO, Anna; CAROPRESO, Fatima. A teoria de Margaret Mahler sobre o desenvolvimento psíquico precoce normal. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 24, n. 3, p. 894-914, dez. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5752/P.1678-9563.2018v24n3p894-914>. Acesso em: 25 nov. 2023.

ROCHA, Rita de Cássia Luiz. História da infância: reflexões acerca de algumas concepções correntes. **Revista Analecta**, Paraná, v. 3. n. 2, p. 51-63, jul./dez, 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/292993991_HISTORIA_DA_INFANCIA_REFLEXOES_ACERCA_DE_ALGUMAS_CONCEPCOES_CORRENTES. Acesso em: 05 jun. 2024.

SAARNI, Carolyn; CAMPOS, Joseph J.; CAMRAS, Linda A.; WITHERINGTON, David. Emotional development: Action, communication, and understanding. *In*: EISENBERG, N.; DAMON, W.; LERNER, R. M. (Ed.). **Handbook of Child Psychology: Social, Emotional, and Personality Development**. 6rd. ed. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, Inc., 2006. p. 226-299. DOI: 10.1002/9780470147658. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/book/10.1002/9780470147658>. Acesso em: 10 jun. 2024.

SAARNI, C.; MUMME, D. L.; CAMPOS, J. Emotional development: Action, communication, and understanding. *In*: Damon, W.; LERNER, Richard M. (Org. da Série.); Eisenberg, N. (Org. do Vol.), **Handbook of Child Psychology: Social, emotional, and personality development**. v. 3. 5rd. ed. New York: Wiley, 1998. p. 237-309. DOI: 10.1002/9780470147658. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/book/10.1002/9780470147658>. Acesso em: 10 jun. 2024.

SILVA, Thayse de Oliveira; SILVA, Lebiã Tamar Gomes. Os impactos sociais, cognitivos e afetivos sobre a geração de adolescentes conectados às tecnologias digitais. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 34, n. 103, p. 87-97, 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862017000100009&lng=pt&nrm=iso. Acesso: em 06 jun. 2024.

SPITZ, René Arpad. **O Primeiro Ano de Vida: Um Estudo Psicanalítico do Desenvolvimento**. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

TRINDADE, Jaqueline Cristina Salles; FONSECA-SILVA, Maria da Conceição. Memória da presença e desenvolvimento emocional em Winnicott. **Natureza Humana - Revista Internacional de Filosofia e Psicanálise**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 55-82, jun. 2021. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302021000100003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 05 jun. 2024.

WINNICOTT, Donald Woods. **Conversando com os pais**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

WINNICOTT, Donald Woods. **Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas**. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

WINNICOTT, Donald Woods. **O Ambiente e os Processos de Maturação**: Estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. Porto Alegre: Artes Médicas, 1979.

WINNICOTT, Donald Woods. Segurança. *In*: D. W. Winnicott (Ed.), **A família e o desenvolvimento individual**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

ZANETTI, Sandra Aparecida Serra; GOMES, Isabel Cristina. A “fragilização das funções parentais” na família contemporânea: determinantes e consequências. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 19, n. 2, p. 491-502, dez. 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2011000200012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 16 mar. 2024.

ZIMMERMAN, David Epelbaum. **Fundamentos Psicanalíticos**: Teoria, técnica e clínica. Porto Alegre: Artmed, 1999.

ZIMMERMAN, Frederick J.; CHRISTAKIS, Dimitri A.; MELTZOFF, Andrew N. Television and DVD/video viewing in children younger than 2 years. **Archives of pediatrics & adolescent medicine**, v. 161, n. 5, p. 473-479, 2007. Disponível em: <http://doi.org/10.1001/archpedi.161.5.473>. Acesso em: 10 jun. 2024.